

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP
(Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) integra a fase de planejamento da contratação pretendida, em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O documento tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação, analisar as soluções disponíveis no mercado e identificar a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional, econômico e de interesse público, subsidiando a elaboração do Termo de Referência e a condução do respectivo procedimento licitatório.

A contratação em análise refere-se ao fornecimento de combustíveis automotivos, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencentes ao Município, compreendendo os itens gasolina comum, etanol hidratado, óleo diesel S-500 e óleo diesel S-10.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto assegurar a continuidade do abastecimento da frota municipal, composta por veículos leves, utilitários, ambulâncias, ônibus, caminhões, máquinas pesadas e demais equipamentos motorizados utilizados na execução das atividades administrativas e operacionais dos diversos órgãos e unidades da Administração Pública Municipal.

A necessidade decorre do encerramento da vigência do contrato atualmente em execução, oriundo de procedimento licitatório realizado no exercício de 2024 e prorrogado, nos termos legais, para o exercício de 2025, com término previsto para o mês de julho de 2026.

Considerando que a referida contratação já atingiu o limite máximo de prorrogação admitido pela legislação aplicável e pelas cláusulas contratuais pactuadas, torna-se imprescindível a realização de novo procedimento licitatório, a fim de evitar a descontinuidade no fornecimento dos combustíveis necessários à manutenção das atividades institucionais.

O abastecimento regular da frota municipal é indispensável para garantir a prestação contínua e eficiente dos serviços públicos essenciais, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, obras, infraestrutura urbana e rural, transporte escolar, coleta de resíduos, manutenção de vias públicas e atendimento às demandas administrativas.

Eventual interrupção no fornecimento poderá comprometer significativamente a mobilidade da frota oficial, ocasionando prejuízos à execução das políticas públicas, ao atendimento da população e ao funcionamento regular da Administração, em afronta aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da economicidade e da supremacia do interesse público, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal.

Dessa forma, resta evidenciada a necessidade administrativa da contratação, em observância ao dever de planejamento previsto no artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

O Plano de Contratações Anual (PCA) ainda não foi formalmente implementado de forma estruturada no Município para o exercício vigente, encontrando-se em processo de aperfeiçoamento administrativo para futura consolidação.

A ausência do PCA não impede a contratação pretendida, desde que devidamente motivada e compatível com os princípios do planejamento, eficiência, continuidade administrativa e interesse público.

Embora o Plano de Contratações Anual ainda se encontre em fase de implementação e consolidação no âmbito municipal, a presente contratação decorre de necessidade permanente e previsível da Administração, compatível com as dotações orçamentárias e com o planejamento institucional vigente.

4. ÁREA REQUISITANTE

Frota Municipal/Almoxarifado Central

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento da necessidade administrativa identificada, a futura contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais:

I – o objeto deverá compreender o fornecimento de etanol hidratado, gasolina comum, óleo diesel S-500 e óleo diesel S-10, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e demais normas aplicáveis;

II – a empresa contratada deverá possuir autorização de funcionamento expedida pela ANP, bem como atender integralmente às exigências ambientais, fiscais, trabalhistas, sanitárias e de segurança pertinentes à atividade;

III – os combustíveis fornecidos deverão atender aos padrões de qualidade, composição, desempenho e segurança estabelecidos pela legislação vigente;

IV – o abastecimento deverá ocorrer de forma parcelada, contínua e sob demanda, durante toda a vigência da ata de registro de preços e dos instrumentos dela decorrentes;

V – a contratada deverá manter capacidade operacional compatível com a demanda estimada pela Administração, assegurando a regularidade do fornecimento e evitando desabastecimentos;

VI – deverão ser observadas as normas relativas à proteção ambiental, ao armazenamento e ao manuseio de combustíveis, bem como os procedimentos de destinação adequada de resíduos e controle de riscos ambientais;

VII – os mecanismos de controle e fiscalização do abastecimento deverão permitir a rastreabilidade das aquisições, mediante emissão de documentos fiscais e registros individualizados por veículo, equipamento ou centro de custo;

VIII – a contratação deverá prever critérios objetivos de medição e pagamento, observando os princípios da eficiência, economicidade e transparência.

A contratada deverá possuir posto revendedor localizado em raio compatível com a operacionalidade da frota municipal, de forma a não comprometer a economicidade da contratação nem gerar deslocamentos excessivos para abastecimento.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as possíveis soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, considerando aspectos de viabilidade técnica, operacional, econômica e jurídica, bem como a adequação ao interesse público e às demandas específicas do Município.

Nesse contexto, foram analisadas as seguintes alternativas:

- a) contratação direta;
- b) adesão a Atas de Registro de Preços vigentes gerenciadas por outros órgãos ou entidades;
- c) realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial;
- d) realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico; e
- e) adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP.

A hipótese de **contratação direta** mostrou-se inadequada para o atendimento da demanda, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e caracterizados pela padronização de especificações e pela existência de ampla concorrência entre fornecedores. Não se verificam, no caso concreto, os pressupostos legais que autorizariam a dispensa ou inexigibilidade de licitação, razão pela qual a realização de procedimento competitivo revela-se a medida mais adequada para assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Também foi analisada a possibilidade de **adesão a Atas de Registro de Preços vigentes** de outros órgãos ou entidades da Administração Pública. Entretanto, verificou-se que essa alternativa poderá não atender integralmente às necessidades da Administração Municipal.

No que se refere à realização de **Pregão Presencial**, embora constitua modalidade legalmente prevista em situações excepcionais devidamente justificadas, constatou-se que sua adoção tende a restringir a participação de fornecedores localizados em outras regiões, reduzindo o universo de competidores e, conseqüentemente, as possibilidades de obtenção de propostas mais vantajosas. Ademais, o procedimento presencial demanda maior mobilização de recursos administrativos e operacionais, podendo resultar em menor eficiência processual quando comparado aos meios eletrônicos atualmente disponíveis.

Por outro lado, a realização de **Pregão Eletrônico** apresenta-se como a alternativa mais adequada para a contratação pretendida, por se tratar de modalidade especialmente

destinada à aquisição de bens e serviços comuns, permitindo ampla participação de fornecedores de todo o território nacional, incremento da competitividade, ampliação da disputa de lances, maior transparência, rastreabilidade dos atos praticados, redução de custos operacionais e maior eficiência na condução do certame. Tal modalidade encontra-se alinhada às diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021, que privilegia a utilização de meios eletrônicos como instrumento de modernização, desburocratização e ampliação da competitividade nas contratações públicas.

Também foi avaliada a contratação mediante sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento por cartão eletrônico. A solução mostrou-se menos vantajosa diante da reduzida dimensão da frota municipal, da existência de fornecedores locais aptos ao atendimento da demanda e dos custos adicionais de administração normalmente incidentes sobre esse modelo.

Por fim, considerando que a demanda envolve bens de consumo cuja aquisição ocorrerá de forma **parcelada, futura e de acordo com as necessidades efetivas da Administração**, foi igualmente avaliada a adoção do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, previsto nos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021. Verificou-se que referido sistema se mostra plenamente compatível com a natureza do objeto, uma vez que permite a formação de registro formal de preços para futuras e eventuais contratações, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata da totalidade dos quantitativos estimados, proporcionando maior flexibilidade administrativa, melhor gestão dos estoques, racionalização dos gastos públicos, redução de desperdícios e maior eficiência no planejamento das aquisições.

7. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a **realização de Pregão Eletrônico, adotando-se o Sistema de Registro de Preços – SRP**, constitui a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico, operacional e jurídico, por assegurar ampla competitividade, observância aos princípios que regem as contratações públicas, atendimento integral das necessidades da Administração e melhor relação custo-benefício para o interesse público, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base em levantamento técnico realizado pelo setor requisitante, considerando o histórico de consumo dos exercícios anteriores, a composição atual da frota municipal, a projeção de utilização dos veículos e máquinas, bem como a necessidade de manutenção da continuidade dos serviços públicos.

| ITEM | QTDE | UNID. | DESCRIÇÃO |
|------|---------|--------|-------------------|
| 01 | 76.000 | Litros | Etanol |
| 02 | 62.000 | Litros | Gasolina Comum |
| 03 | 94.000 | Litros | Óleo Diesel S-500 |
| 04 | 153.000 | Litros | Óleo Diesel S-10 |

9. ESTIMATIVA DO VALOR

A estimativa do valor da contratação será realizada nos termos do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante utilização dos seguintes parâmetros:

- I** – Painel de Preços e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- II** – contratações similares realizadas por outros entes públicos;
- III** – pesquisa em mídia especializada e bancos de preços públicos ou privados;
- IV** – cotações junto a fornecedores do ramo;
- V** – demais fontes admitidas pela legislação aplicável.

Os elementos utilizados para composição do valor estimado constarão em documento próprio, garantindo transparência, rastreabilidade e regularidade procedimental.

10. PARCELAMENTO

Adota-se o parcelamento da solução, com fornecimento contínuo, parcelado e sob demanda, em observância à natureza variável e recorrente das necessidades da Administração.

Tal medida mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa, permitindo maior flexibilidade na gestão do consumo, evitando desperdícios e assegurando o adequado controle dos recursos públicos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica, no presente caso, a necessidade de realização de contratações correlatas ou interdependentes obrigatórias para a adequada execução do objeto pretendido, sendo a presente contratação suficiente para o atendimento da demanda administrativa identificada.

A execução do objeto depende apenas da existência de sistema de controle de abastecimento e fiscalização da frota já disponível na Administração

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação pretendida, busca-se alcançar os seguintes resultados:

- I** – assegurar a continuidade do abastecimento da frota municipal, evitando interrupções na prestação dos serviços públicos;
- II** – garantir a disponibilidade operacional dos veículos e máquinas utilizados pelas diversas unidades administrativas;
- III** – promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos, por meio da obtenção da proposta mais vantajosa;

- IV – assegurar economicidade, competitividade e transparência no processo de contratação;
- V – possibilitar maior previsibilidade orçamentária e controle do consumo de combustíveis;
- VI – reduzir riscos de desabastecimento e paralisação de atividades essenciais;
- VII – otimizar a gestão da frota municipal, contribuindo para o aprimoramento dos serviços prestados à população;
- VIII – garantir o cumprimento dos princípios da legalidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação pretendida envolve o fornecimento de combustíveis automotivos, atividade que apresenta potenciais impactos ambientais relacionados ao armazenamento, transporte, manuseio e consumo dos produtos.

Dessa forma, deverão ser observadas medidas mitigadoras e requisitos de sustentabilidade, tais como:

- I** – exigência de que a contratada possua licenças ambientais e autorizações de funcionamento válidas, expedidas pelos órgãos competentes;
- II** – observância das normas ambientais aplicáveis ao armazenamento, manuseio e comercialização de combustíveis;
- III** – adoção de medidas preventivas para evitar vazamentos, contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas e demais danos ambientais;
- IV** – destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados nas operações, em conformidade com a legislação vigente;
- V** – atendimento às disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, quando aplicável;
- VI** – incentivo à utilização racional dos combustíveis e ao monitoramento do consumo da frota, visando à redução de emissões atmosféricas e à melhoria da eficiência operacional.

A fiscalização contratual deverá acompanhar o cumprimento das obrigações ambientais assumidas pela contratada e observância das normas da ANP e dos órgãos ambientais competentes.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

À vista das análises e informações constantes deste Estudo Técnico Preliminar, elaboradas com fundamento nos aspectos técnicos, operacionais, econômicos, mercadológicos e jurídicos relacionados à necessidade administrativa identificada, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se plenamente viável, adequada, necessária e alinhada ao interesse

público, apresentando-se como a solução mais eficiente para o atendimento das demandas da Administração Municipal.

Os levantamentos realizados demonstram a existência da necessidade administrativa, a compatibilidade da solução proposta com os objetivos institucionais da Administração, a disponibilidade de fornecedores aptos ao atendimento do objeto, bem como a adequação dos quantitativos estimados às necessidades operacionais previstas para o período de vigência da futura contratação.

Verificou-se, ainda, que a solução escolhida atende aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, competitividade, transparência e supremacia do interesse público, proporcionando condições adequadas para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da qualidade dos bens a serem adquiridos.

O Sistema de Registro de Preços mostra-se adequado em razão da natureza continuada da demanda, da necessidade de fornecimento parcelado durante o exercício, da impossibilidade de armazenamento em grande escala pela Administração e da conveniência de realizar contratações sob demanda.

Por todo o exposto, este Estudo Técnico Preliminar manifesta-se favoravelmente à continuidade do processo de contratação, entendendo que a solução proposta é técnica e economicamente vantajosa, operacionalmente adequada e juridicamente compatível com a legislação vigente, contribuindo para a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados pelo Município.